



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GILSON MARQUES

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº, DE 2021
(do Sr. Gilson Marques)

Requer informações ao Ministério da Economia sobre valores devidos a título de precatórios e resultados fiscais da PEC 23/2021

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 115, I, 116 e 226, V, do Regimento Interno, que sejam solicitadas as seguintes perguntas ao Ministério da Economia.

1. Quantos precatórios acima de requisições de pequeno valor (RPV) a União deve, atualmente, com prazo de pagamento previsto para o ano de 2022?
2. Quais os valores destes precatórios vincendos no exercício de 2022, em ordem do maior para o menor, com data de vencimento e relação de respectivos credores?
3. O Ministério possui uma estimativa de quantos destes credores deixarão de ter satisfeitos seus créditos se aprovada a PEC 23/2021 pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados?
4. Qual é a estimativa do Ministério quanto ao espaço fiscal aberto pela mudança do cálculo inflacionário no teto de gastos contido na proposta?
5. Considerando que o espaço fiscal total aberto pela proposta seja em torno de R\$ 90 bilhões, e o custo do valor do auxílio-brasil seja em torno de R\$ 40 bilhões, qual é a destinação pretendida do Ministério com os R\$ 50 bilhões restantes?

Apresentação: 16/11/2021 19:01 - Mesa

RIC n.1342/2021



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 431 | CEP 70100-970

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques
Para verificar a autenticidade acesse o link: <https://p1p1leg-autenticidade-assinatura.camara.br/CD2110599026300>

Brasília-DF
Tel(61) 3215-5431 | dep.gilsonmarques@camara.leg.br



* C D 2 1 9 5 9 5 0 2 6 3 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO GILSON MARQUES

JUSTIFICAÇÃO

Foi aprovada em 2º turno na Câmara dos Deputados, no dia 09 de novembro do corrente ano a PEC 23 de 2021, proposta de emenda à Constituição que altera regras do novo regime fiscal, fixa valores máximos para pagamento de precatórios da União e muda regras de fundos previdenciários municipais. Este requerimento visa obter maiores informações sobre os impactos desta medida que agora tramita no Senado, além de permitir uma melhor identificação dos credores e valores afetados.

A obtenção de maiores informações se justifica diante do grande temor que o setor produtivo demonstrou diante da aprovação da matéria em 1º turno, com queda da Bolsa de Valores em 2% e aumento do dólar em 0,5% naquele dia 4 de novembro.¹ Assim, uma maior transparência quanto aos impactos da medida, bem como a individualização dos valores, credores e suas datas, além de cálculos e objetivos mais detalhados sobre os espaços fiscais abertos pela medida demonstram-se de maior importância para a melhor compreensão e debate público desta proposta.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2021.

Deputado Federal GILSON MARQUES
NOVO/SC

1<https://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,cotacao-dolar-bolsa-de-valores-04-11-2021-,70003889121>

Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 431 | CEP 70100-970

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques

Brasília-DF

Para verificar a autenticidade acesse <https://dpleg-autenticidade-assinatura.camara.br/CD2110599026300>

Tel(61) 3215-5431 | dep.gilsonmarques@camara.leg.br

